

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 36

DATA : 8 3 89

PG. : A-3

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A preservação da Amazônia

FÁBIO FELDMANN

A preservação da Amazônia é um imperativo de natureza ética e constitucional, não estando condicionada a nenhum fator de ordem externa. Vejamos.

O noticiário da imprensa nacional tem destacado diariamente uma suposta existência de uma campanha dos países do Primeiro Mundo em favor da internacionalização da Amazônia, com o apoio dos movimentos ecológicos nacionais e internacionais, numa bem articulada conspiração contra a soberania nacional. Não faltaram inclusive pichações racistas como a recentemente ocorrida nos muros da catedral de Brasília, que literalmente dizia que "A CNBB é judaica. A Amazônia é nossa, fora os ecologistas judeus".

No Congresso Nacional, por sua vez, parlamentares de todos os matizes ideológicos se revezam na tribuna em torno do lema "A Amazônia é nossa", conclamando as mesmas forças que detonaram a campanha "O Petróleo é nosso" a realizar movimentação idêntica contra as ameaças de internacionalização daquela região, nesse afã nacionalista transmite-se à opinião pública nacional a idéia de que todo e qualquer esforço que vise denunciar a devastação da região faz parte dessa conspiração contra o Estado brasileiro e nossa soberania sobre o território amazônico.

Com efeito, os ecologistas consideram a questão da soberania brasileira sobre a Amazônia fora de questão e não aceitam sequer discutir a possibilidade de internacionalização da região.

Em primeiro lugar, torna-se necessário se deixar bem claro que a preocupação mundial em relação a Amazônia e demais florestas tropicais brasileiras é absolutamente pertinente, pelo simples fato de que a floresta tropical lá existente abriga uma das maiores riquezas do planeta: o maior número de espécies animais e vegetais existentes no mundo, o que representa uma indiscutível potencialidade, especialmente no momento em que a biotecnologia alcança prioridade máxima na definição das políticas públicas de ciência e tecnologia. Essa diversidade biológica se bem administrada pode conferir ao Bra-



sil uma condição estrategicamente privilegiadíssima como fornecedor de novas matérias primas para setores-chave da economia mundial, bem como significa novas fontes de alimentos para atender à grande explosão demográfica do mundo. Isto posto há que se ter em mente a dimensão planetária desse patrimônio, para se entender que a apreensão mundial em relação às nossas florestas tropicais não tem um sentido meramente altruísta, mas visa precipuamente proteger esse imenso estoque genético natural, cuja destruição é irrevogável. Aliás tal preocupação não é recente, mas ganhou um grande impulso com as provas irrefutáveis coletadas pelos satélites demonstrando o dano já operado na chamada camada de ozônio, reforçando ainda mais a

configuração do denominado efeito estufa nos próximos anos.

Portanto, o primeiro ponto a ser deixado isento de dúvidas diz respeito à legitimidade dessa preocupação mundial, pela constatação dos já mencionados fenômenos atmosféricos globais (e não como parte de uma suposta conspiração contra a nossa soberania). De fato o que tem ocorrido nos países desenvolvidos é uma eficiente pressão dos ambientalistas sobre os seus governos, obrigando-os a mudar de postura em relação à dívida dos países do Terceiro Mundo, partindo da premissa de que o atual cenário econômico mundial é o grande responsável pela rápida destruição dos ecossistemas naturais remanescentes do planeta.

A partir daí, inúmeras propostas tem surgido procurando encontrar mecanismos que ajudem países como o Brasil a promover um real desenvolvimento, no qual deverão ser considerados os direitos e interesses das futuras gerações em relação ao uso dos recursos naturais. Foi dentro desse contexto que se originou a idéia de se trazer recursos da dívida brasileira para financiar iniciativas que conciliem a promoção de atividades econômicas com preservação ambiental. Pergunta-se então: No que tais idéias atentam contra a soberania nacional? Em que momento se propôs trocar parte da dívida externa pela Amazônia?

A polêmica, nos moldes em que está sendo colocada para a opinião pública, visa estimular a conhecida paranóia cultivada pelos nossos setores mais retrógrados, que encaram ainda hoje toda a qualquer manifestação de índios ecologistas como atitude de submissão contra o Estado Nacional. Ora, é notório que tais setores se recusam a evoluir, permanecem presos a proporções geopolíticas ultrapassadas. São incapazes de compreender que a questão da soberania nos tempos atuais é complexa, ignorando completamente a atual divisão internacional do trabalho e a necessidade do país adquirir conhecimento científico para se inserir no circuito de alta tecnologia. Equivocadamente, vêem com maior preocupação a busca de identidade cultural dos povos indígenas do que a destruição da diversidade biológica a que nos referimos nos parágrafos precedentes.

Nessa campanha de pretensa afirmação da soberania nacional o que vemos na verdade é a tentativa de se firmar uma aliança política entre os já mencionados setores retrógrados e os principais beneficiados da atual situação existente na Amazônia, que sabem que uma política adequada de desenvolvimento da região significará o término de suas atividades lesivas à maioria da população brasileira, sobretudo à base da pirâmide social que vive na Amazônia.

FÁBIO FELDMANN, 33, deputado federal (PSDB-SP), é presidente do "Oikos" — União dos Defensores do Terra — e líder da Frente Nacional de Ação Ecológica no Constituinte.